

Conservar pode aumentar o PIB de um país

Categories : [Notícias](#)

“O ponto chave é o fato de que conservar significa aumentar o PIB (Produto Interno Bruto) de um país. A geração de emprego é uma consequência positiva de se investir em conservação, nos chamados empregos verdes”, disse Young a ((o))eco.

Ele uniu forças com o ecólogo Rodrigo Medeiros, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Em parceria com o PNUMA e Ministério do Meio Ambiente, os dois produziram um estudo que estima a contribuição econômica das Unidades de Conservação (UCs) brasileiras, divididas em 5 categorias: produtos florestais, uso público, carbono, água e repartição de receitas tributárias.

Os resultados são vistosos. Manter as florestas reduz as emissões de carbono e, com isso, protege-se a estabilidade do clima. Tomado como um todo, o sistema de unidades de conservação brasileiro evita emissões cujo valor anual é estimado entre R\$2,9 e R\$5,8 bilhões.

As UCs produzem diretamente 9% da água usada para consumo humano. Esse percentual chega a 26% se consideradas as fontes a jusante, aquelas que ficam rio abaixo. As UCs também são fundamentais para a produção de energia, pois fornecem quase 80% da água usada nas hidroelétricas.

Os 67 parques nacionais considerados no trabalho (hoje já são 68) tem potencial para gerar entre R\$1,6 e R\$1,8 bilhão por ano de receitas derivadas da visitação.

Do lado das receitas tributárias, Young e Medeiros averiguaram o valor do ICMS Ecológico, um percentual do ICMS total que alguns estados repassam aos seus municípios de acordo com critérios ambientais, como possuir uma unidade de conservação ou preservar um manancial de água. Em 2009, os municípios receberam R\$401 milhões decorrentes do ICMS Ecológico.

Gargalo: conservar áreas marítimas

Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério de Meio Ambiente, o país possui 312 Unidades de Conservação federais espalhadas pelos biomas brasileiros da Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Costeiro/Marinho. Se somadas, todas as unidades estaduais e municipais, o número de áreas protegidas alcança a mil em todo o país.

O Brasil é signatário da Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica de 2010, que estabelece 50 objetivos a serem atingidos até 2020. Uma das metas da convenção é ter, no

mínimo, 15% de áreas protegidas por UCs (17% de áreas terrestres e de águas continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras).

Por ter um vazio demográfico, a Amazônia já atende a meta, explicou Medeiros. Ao passo que o bioma costeiro marítimo é o menos protegido, com uma área que não chega, na prática, a 1%. A situação de conservação dos estoques de peixes marítimos é cada vez pior, apesar da pesca ser fonte de alimento para a população e de renda para o setor pesqueiro. “A falta de proteção do bioma costeiro é o nosso maior gargalo, levando em conta a extensão do litoral brasileiro e da existência do pré-sal e ainda que 70% da população brasileira está concentrada na região costeira”, alertou o ecólogo. “O grande dilema da conservação hoje é incorporar o aspecto econômico no paradigma do desenvolvimento, não para travá-lo ou impedi-lo”.

Veja também no CBUC 2012

[Debate no stand \(\(o\)\)eco: Proteção da Biodiversidade Marinha](#)

[IUCN inicia atividades no Brasil e cria Painel Bio](#)

[Espécies em risco: ICMBio realiza mostra fotográfica no VII CBUC](#)

Saiba mais

“[Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional](#)”, produzido em maio de 2011 por ele e por Rodrigo Medeiros para UNEP-WCMC (United Nations Environment Programme–World Conservation Monitoring Centre)